

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E OS DESAFIOS DA EVASÃO ESCOLAR

Roseane da Silva Barbosa ¹

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) compõe significativa importância para a garantia a educação de indivíduos que não concluíram sua escolaridade na idade própria, bem como, a alfabetização de trabalhadores que não tiveram oportunidades de estudo na infância. Desse modo, o presente trabalho traz as reflexões a cerca da realidade vivenciada na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, no contexto de uma escola municipal da zona urbana do município de Mulungu-PB, com uma turma dos ciclos I e II. Buscou-se investigar quais os processos metodológicos realizados para o atendimento a esse público, bem como, as dificuldades existentes no que diz respeito a evasão escolar e a permanência desses educandos durante o ano letivo. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo a partir de um estudo de caso, diante das experiências vivenciadas no contexto diário. Os resultados apontam algumas causas da evasão escolar como a jornada de trabalho dos educandos e a consequente carga de cansaço no turno noturno, necessidade de trabalhar durante a noite, não-adaptação com a escola e ainda, sentimento de insegurança ao saírem de casa por causa da violência. Contudo, as estratégias metodológicas devem ser especialmente desenvolvidas e direcionadas a esse público, evitando sobrecarga conteudista, trazendo significação para a realidade desses educandos e tornando o ambiente escolar acolhedor e prazeroso.

Palavras-chave: EJA, Evasão Escolar, Educação, Metodologia Educacional.

INTRODUÇÃO

A sociedade ao longo do tempo despertou um olhar mais apurado para as questões reflexivas do indivíduo diante do seu contexto de vivência e das suas relações com os outros. Nesse sentido, elencamos a importância da inserção social de todas as pessoas como motor para a garantia do reconhecimento destas enquanto parte integrante e atuante de uma sociedade. Essa força atua ainda mais nas relações de trabalho. Amplia-se ainda quando oportunizam-se condições de educação, não apenas para o trabalho, mas também para uma construção emancipadora de cidadãos.

Nessa perspectiva, trazemos a Educação de Jovens e Adultos (EJA), como uma modalidade que atende jovens e adultos com idade e série distorcidas ou que nunca ou pouco estudaram e até aqueles não foram alfabetizados. Compõe uma política pública que oportuniza aos jovens e adultos uma nova oportunidade de concluírem seus estudos. Foi contemplada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº9.394/1996.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, roseane.barbosa@aluno.uepb.edu.br.

Inúmeros são os fatores que podem causar a não alfabetização ou a não conclusão dos educandos na idade “certa”, que podem ser tanto no contexto econômico, social ou familiar, sendo o principal deles as questões de trabalho. Em épocas anteriores, a educação para crianças não era considerada tão importante, e tampouco o estado assumia um controle rígido como acontece atualmente através do corte do benefício social das famílias, caso a frequência escolar não esteja adequada. Em contextos sociais como no interior nordestino, as crianças eram direcionadas ao trabalho em lavouras e nos campos de plantação para auxiliar os pais. A educação era colocada em segundo plano, ou até banalizada. E em contextos mais recentes, também ocorrem esses entraves, entre a necessidade de trabalhar cedo e a continuidade dos estudos.

Hoje, esses jovens e adultos encontram na EJA uma nova oportunidade de escolarização. No entanto, ainda apresentam algumas dificuldades para permanecer na sala de aula. É nessa perspectiva que o presente trabalho objetiva investigar a chamada evasão escolar, muito presente na realidade da EJA. Diante disso, é necessário investigar quais são os acontecimentos que fazem com que esse educando não conclua o ano letivo, assim levando-o a evadir-se da escola. Seu contexto é de constante envolvimento da realidade social do indivíduo, tornando-se uma interferência constante em seu processo escolar.

Para tanto, a presente pesquisa utilizada foi de caráter qualitativo, através de um estudo de caso. Foi investigada uma escola da zona urbana do município de Mulungu/PB, que atende a modalidade da Educação de Jovens e Adultos, no turno noturno. A turma observada foi uma turma de alunos entre 20 e 78 anos, estudantes da primeira fase, ciclos I e II. O intuito maior da pesquisa se dá de forma mais apurada na perspectiva das principais causas de evasão escolar e das medidas pedagógicas tomadas para sanar esses impasses.

A investigação aponta que as principais divergências que motivam a evasão desses alunos apresentam-se principalmente de caráter familiar, sendo motivações de cunho mais pessoal, necessidade de trabalhar no turno em que acontecem as aulas, medo da violência, e exaustão após uma jornada de trabalho cansativa durante o dia. Em poucos casos são por não adaptação às características metodológicas da instituição.

No que concerne aos aspectos metodológicos pedagógicos, a instituição busca atender esses educandos de acordo com sua realidade e necessidade, evitando ao máximo infantilizar o ensino desses discentes, inseri-los em todas as atividades extra escolares (aulas-campo, saraus literários, apresentações e demais atividades curriculares) a fim de incentivá-los à participação ativa socialmente. Nas aulas compreendemos a busca por um fazer pedagógico

que atenda as necessidades educacionais de jovens e adultos, bem como, a afetividade entre docente e aluno, característica marcante nessa modalidade.

METODOLOGIA

O presente artigo traz uma pesquisa de cunho qualitativo, a partir do estudo de caso. De acordo com Gil (2002, p. 54), o estudo de caso é encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos (Yin, 2001). A coleta dos dados foi realizada a partir de observações do contexto de vivência enquanto docente nas turmas de EJA.

Ao longo de três anos de experiência e vivência esta modalidade, foram se construindo as observações críticas, a partir do contato direto com esses educandos. Para melhor aprofundamento teórico, foram feitos levantamentos de textos sobre a temática e dos documentos legais que regem a EJA. Diante disso, os dados foram obtidos através das aulas e do acompanhamento das turmas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Quando observamos que a mola propulsora da sociedade se baseia nos processos de trabalho e do capitalismo, podemos encontrar o núcleo principal que se movimenta em direção a esse sentido. Especificamente na década de 1930, com as mudanças sociais e a crescente industrialização do Brasil, surgiu a necessidade de alfabetizar as pessoas para o preparo direcionado ao trabalho.

No entanto, os dados históricos apontam que a EJA foi implantada desde o período colonial, em virtude dos jesuítas terem catequizados os índios brasileiros, com caráter religioso e, ao mesmo tempo, por meio dos ditames da coroa portuguesa. A partir de 1854, ocorreu a abertura da primeira escola noturna no Brasil, com o auxílio à educação de adultos buscaram qualificar e capacitar a mão de obra brasileira e, por volta de 1920, houve um processo de valorização da EJA por causa dos pressupostos da Revolução Industrial e do processo de industrialização no Brasil, ou seja, a mudança de sociedade rural à urbana (Barbosa, 2017, p. 15).

A mesma autora ainda aponta alguns percursos históricos da EJA no início do século XX.

No Brasil, por volta da década de 1930, com a nova constituinte de 1934, foi estabelecido o ensino primário obrigatório gratuito para todos, que além da alfabetização dos jovens, também disponibilizava o ensino das quatro primeiras séries do ensino vigente na época. Nesse período surgiram sucessivos programas de educação, tais como: o Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942; o Serviço de Educação de Jovens e Adultos (SEA), em 1947; a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), em 1947; a Campanha de Educação Rural em 1952; e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958 (CLEMENTINO, 2003). Todos esses programas faziam parte de uma política nacional de EJA e estavam prognosticadas na Constituição de 1934 (Barbosa, 2017, p. 15).

A Constituição de 1934 foi um grande passo de garantia de Educação para Todos. Em seu capítulo III no Art 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Na perspectiva da EJA, a educação era voltada para a formação de mão-de-obra que suprisse a necessidade econômica industrial, ou seja, uma massa direcionada ao trabalho, e o limitava apenas a isso. É o que aponta Barbosa (2017, p. 15), quando traz que no Brasil, a EJA objetivou, inicialmente, incentivar e suprir a carência da força de trabalho brasileira, comumente especializada na década de 1940 com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI), pelo Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, sancionado por Getúlio Vargas, objetivando a formação de mão de obra especializada às indústrias e aos serviços do comércio.

Posteriormente, entre as décadas de 1950 e 1960, as propostas direcionadas a EJA traziam novas nuances que enfatizavam uma educação que transcendesse a formação mecânica para a indústria e que oportunizassem a classe trabalhadora uma consciência crítica social. Silva *et al* (2011, p. 04) comenta que a partir desse período as ideias de Educação Popular surgem com força objetiva de transformação dos indivíduos através de Paulo Freire.

A década de 1950 é demarcada pelo governo populista que trouxe os discursos sobre a educação de adultos, levando em consideração os anseios discutidos, principalmente por parte da sociedade civil. Em 1958, o “II Congresso Nacional de Educação de Adultos”, a partir dos princípios ditados por Paulo Freire revelando para esta área novas propostas de reavaliação, teorização e metodologia para a EJA. A história da EJA passa a ser construída a partir de bases legais, com fortes tendências políticas e instituição de políticas públicas para sua melhor implantação. As ideias de Paulo Freire conferiam à educação um perfil que estimulava a tomada de consciência social e política, com notadas posições de participação crítica da população civil, em que os sujeitos fossem protagonistas de sua realidade social e vivência, mudando, com isso, a perspectiva metodológica, desde o ensino, a formação e a aprendizagem dos envolvidos no processo (Silva, *et al*, 2011, p. 4-5).

Diante desse contexto, a educação de Jovens e Adultos começa a deixar de ser considerada apenas a partir da transmissão de conhecimentos próprios para o trabalho, incluindo essas classes na sociedade e acabando com a marginalização desses trabalhadores. No entanto, no período da ditadura militar esses movimentos pro EJA foram freados por serem considerados ameaças ao controle do estado sobre a classe trabalhadora.

No período do regime militar foram extintos alguns programas educacionais voltados para adultos, por terem sido caracterizados como comunistas, como por exemplo: Movimento de Educação de Base (MEB), Movimento de Cultura Popular (MCP), Centro Popular de Cultura (CPC) e Campanha de Educação Popular (CEPLAR). E, em 1967, foi implantado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) com o objetivo de erradicar o analfabetismo no Brasil. Em 1973 foi inserido o programa de profissionalização no MOBRAL para auxiliar na capacitação da mão de obra, sendo extinto em 1985, em virtude da Fundação Educar (Beluzo; Toniosso, 2015, 202).

O Mobral tinha uma objetividade contrária às propostas Freirianias, pois propunha um ensino tecnicista e massivo para o trabalho. De acordo com Beluzo e Toniosso (2015, p. 200), o Mobral foi fundado com algumas metas consideradas de grande importância para toda a população adulta analfabeta da época. Na concepção educacional do regime militar, tinha como seus principais objetivos: erradicar o analfabetismo, integrar os analfabetos na sociedade, dar oportunidades a eles através da educação, buscando assim, benefícios para a população menos favorecida economicamente e principalmente a alfabetização funcional, com a aquisição de técnicas elementares de leitura, escrita e cálculos matemáticos.

O período ditatorial marcou através do Mobral a parada de uma educação crítica para a sociedade. No entanto alguns avanços na legislação aconteceram, a exemplo da Lei n. 5692, de 1971, no que se refere às Diretrizes e Bases da Educação Nacional, implantou o ensino supletivo para jovens e adultos, que passou a ser reconhecido como um direito de cidadania, apesar de não ser oferecido na dimensão necessária para atender à demanda então existente por este segmento de ensino (Beluzo; Toniosso, 2015, 202 apud Porcaro, 2007).

Os resultados do Mobral, porém, não foram positivos. No ano de 1985 o Brasil contava com cerca de aproximadamente 30 milhões de jovens e adultos analfabetos. Neste mesmo ano o Mobral foi extinto e substituído pela Fundação Educar (Beluzo; Toniosso, 2015, 202).

A partir da década de 1990, novos rumos da EJA começam a ser delinear em ventos fortes da redemocratização do Brasil. Silva *et al* (2011, p. 5) aponta que ao serem analisadas referências sobre a EJA, pode-se perceber que, no decorrer do contexto histórico, houve

alguns avanços a partir dos marcos legais que regem esta modalidade de educação, especialmente nas últimas décadas com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a LDB 9.394/96.

Art. 37. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si (BRASIL, 1996).

Apesar dos avanços consideráveis, ainda não há direcionamentos específicos para a EJA. Um exemplo é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que não oferece uma área específica para essa modalidade. Percebe-se um avanço significativo sobre a garantia desses direitos, porém, os currículos não explicitam as competências para a formação contínua desse sujeito. Outros elementos são fundamentais para que sejam garantidos não apenas o acesso, mas a permanência destes estudantes na escola, isso pode incidir sobre as práticas pedagógicas, sobre a perspectiva de uma orientação específica ou por decorrência de condições estruturais no processo de aprendizagem (Silva *et al*, 2011, p. 5).

Sobre esse viés, quando falamos em permanência dos educandos na escola, deve haver um currículo específico e formação adequada para que se entenda como deve acontecer a educação para alunos da EJA, que os inclua verdadeiramente na sociedade e que eduque para além de métodos tecnicistas e que os faça refletir sobre sua realidade social. De acordo com Barbosa (2017, p 16), na seara legislativa, a educação de adultos, além de ser um direito, também deveria ser uma prioridade das políticas públicas em virtude de ser essencial ao exercício da cidadania e contribuir positivamente à qualidade de vida da população.

A mesma autora aponta que a EJA, a partir do CNE/CEB nº 11/2000, foi redefinida por meio das regulamentações do ensino supletivo constantes do Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 699/72 em relação às três funções básicas; reparadora, equalizadora e qualificadora. Esses preceitos devem compor as políticas públicas para a EJA, bem como fazer parte da realidade da sala de aula. São importantes para garantir ao aluno um reconhecimento dele enquanto cidadão e da importância da educação na sua vida.

Conforme afirma Rocha e Melo (2020, p. 4), esses alunos, por estarem fora da faixa da educação básica, necessitam de um estímulo a mais para continuarem na escola, ou seja, para que a evasão não seja uma tônica nas salas da EJA é imprescindível o incentivo e a disponibilidade do professor para elevar a autoestima dos mesmos a um tal ponto que os

motivem suficientemente. É um desafio que está presente no dia a dia de trabalho dos educadores.

A Educação de Jovens e Adultos é uma Educação Popular, pois toma as bases de Paulo Freire de uma educação voltada a formação cidadã do indivíduo. A proposta da EJA é de uma formação do homem ao longo do tempo, ou seja, um fato histórico que vincula o homem às transformações sociais, ao mesmo tempo propõe um “aligeiramento” dos estudos, o que se torna um desafio para os professores e, em especial, para a clientela que procura através da educação uma formação que lhes conceba como cidadãos (Rocha; Melo, 2020, p. 5).

A evasão escolar é uma realidade muito presente na EJA. O fracasso escolar é um dos fortes motivos para a desistência dos educandos, ainda mais quando os mesmos são culpabilizados por isso. Na EJA, a evasão pode ocorrer por esse histórico de fracasso anteriormente ocorrido na vida escolar do aluno, sua insegurança em não conseguir adquirir conhecimento nessa determinada etapa de sua vida ou fatores ainda mais presentes como o próprio trabalho. Existe nesse fato, um paradoxo, pois, enquanto os sujeitos procuram a escolarização como forma de melhoria nos seus empregos, por outro lado, o fator que mais contribui para evasão é exatamente o seu trabalho (Rocha; Melo, 2020, p. 5).

Por outro lado, quando não se consideram os conhecimentos já existentes por esses educandos, sua história de vida e suas concepções a educação pode perder o sentido para esse público. Assim, os métodos de ensino e as estratégias utilizadas para alcançar os objetivos do ensino de jovens e adultos são muitas vezes obsoletos e fora da realidade de pessoas que possuem outra necessidade escolar e instrucional, que não apenas leitura e escrita (Silva *et al*, 2011, p 16).

Ao serem analisadas as causas da evasão, percebe-se que a realidade educacional vigente, ocasionada pela educação neoliberal dos últimos anos, dá a condição do sujeito escolarizar-se, mas a grande dificuldade encontrada está na permanência e não no acesso à escola. A política pública voltada para a matrícula de estudante na EJA, fundamentalmente no ensino noturno, tem se tornado uma das grandes tarefas na educação (Silva *et al*, 2011, p 16).

A inclusão sociocultural do sujeito perpassa pela educação, pois representa um meio plausível que pode capacitar ao mundo do trabalho. Na sociedade vigente, pautada no advento tecnológico, a peça primária é o conhecimento, pois o avanço das novas tecnologias exige, cada vez mais, que o cidadão seja qualificado e capacitado para exercer sua profissão (Barbosa, 2017, p. 17).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da investigação teórica, elecamos a importância social que a EJA representa no que concerne a uma sociedade justa, que oportunize o acesso a educação para todos e a formação cidadã e crítica da classe trabalhadora. Esses jovens e adultos que não concluíram seus estudos na idade “certa”, encontram na EJA uma nova oportunidade de concluírem seus objetivos, sejam eles de cunho profissional ou melhoria pessoal, como por exemplo, serem alfabetizados.

Nesse contexto, encontramos na EJA, características comuns para cada educando. Estes estão na escola, não por motivos de obrigatoriedade, mas sim por buscarem algum objetivo específico. Os meios sociais e culturais destes estudantes interferem diretamente na necessidade instrucional, ou seja, cada discente interessa-se pela educação formal em detrimento de uma necessidade (Del Moro; Cordova, 2022, p. 8).

Analisando os educandos pesquisados, constatamos que a maior parte busca na escola, aprender a ler e a escrever seu nome. Estes, também encontram na instituição uma espécie de busca por socialização, distração de sua realidade em casa e consideram as positivities da prática estudantil saudáveis para si. Observamos que seus objetivos principais não se destinam a concluir seus estudos, ou busca por empregos melhores, mais buscam a partir da educação uma inserção social e uma afetividade.

No que concerne aos aspectos da afetividade, estes estão muito presentes na realidade da EJA e são muitas vezes a motivação do aluno para permanecerem na escola durante o ano letivo. Quando o aluno tem um objetivo mais voltado para a socialização na escola, a afetividade que ele encontra junto ao professor e os membros da instituição reverberam positiva ou negativamente em sua continuidade.

A evasão escolar na EJA caminha muito por esse lado da falta de afetividade e acolhimento da instituição. Assim, vê-se que, um dos fatores que mais influenciam diretamente na relação professor-aluno é a postura assumida pelo educador. Essa relação é intermediada pelas representações, ou seja, as imagens que uns fazem dos outros. Grande parte da maneira de ser da pessoa depende da forma como percebe e interpreta as ações e falas daqueles que a cercam. Esse é um princípio sempre válido nas relações humanas e afetivas, consequentemente, a totalidade do processo de ensino-aprendizagem (Del Moro; Cordova, 2022, p. 8). Diante disso, a maioria dos alunos da turma observada, criam com instituição laços afetivos e encontram nestes um ânimo maior para os estudos.

Outra questão que merece destaque são as metodologias aplicadas nas aulas, que devem ser específicas para esse público. De acordo com Del Moro e Cordova (2022, p. 9-10) alguns fatores são prejudiciais ao ensino de jovens e adultos e tende a afastá-los da escola, quando afirma que a prática metodológica organizada para o ensino da EJA é especulativa, vem da dinâmica da pedagogia e não da andragogia. Pois, é a ciência voltada a orientação de adultos, onde a flexibilização dos conteúdos é voltada no conhecimento prévio, focado no contexto do saber de suas experiências, contrapondo a pedagogia que é o ensino voltado para crianças. Sendo assim, os métodos de ensino e as estratégias usadas para atingir os objetivos instrucionais deste público são muitas vezes desatualizados e desconectados da realidade para aqueles com outras necessidades educacionais e institucionais, que vão além de ler e escrever.

Nesse sentido, destacamos a importância que o professor representa para esses educandos, na busca por meios que os aproxime da realidade educativa e leve em consideração os saberes desses alunos e tornando sua experiência escolar significativa para a vida. No entanto, esse trabalho não é tarefa fácil, de modo que o docente necessita de todo um aparato teórico, metodológico e também em seu trabalho diário a valorização necessária.

Com isso, elencamos que nem sempre, a motivação para desistências dos educandos são geradas por aspectos diretos do professor ou da instituição. Como sabemos, a escola está diretamente ligada aos fatores externos a seus muros e que refletem diretamente na realidade dos agentes escolares. Diante do que foi enfatizado anteriormente, as relações de trabalho são consequentes entraves da vida adulta. Na turma pesquisada, estes impasses estão presentes e compõe fator de desistência, tanto pela exaustiva carga de trabalho durante o dia e o cansaço durante a noite, quanto pela necessidade de trabalhar no turno noturno ou até a locomoção a outras cidades para esse fim.

O trabalho é uma necessidade de subsistência das pessoas adultas, o que configura dificuldades na busca pelos estudos. Conforme afirma Silva e Alencar (2021, p. 1617), mesmo a escola procurando atender aos seus objetivos, mesmo tendo professores comprometidos, ou materiais didáticos suficientes para todos os alunos, a culpa da evasão desse aluno, muitas das vezes, não está no ambiente escolar, mas sim na falta de políticas sociais e estruturais que atendam as milhares de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social, tendo que, para manter o mínimo de alimento ou moradia, fazer com que os filhos, desde cedo, tenham de contribuir através do trabalho, seja no campo, ou na cidade, forçando cada vez mais cedo a sua saída do ambiente tão fundamental da formação do homem que é à escola.

Por fim, outra das principais questões de evasão presentes na realidade dos alunos observados é a violência presente em seu local de vivência e que também é onde se localiza a escola. Sabemos que a violência está presente em todos os ambientes sociais, no entanto em certos locais esses índices são ainda mais comuns e frequentes. Diante disso, os alunos sentem-se amedrontados em sair de suas casas, especialmente a noite para se dirigirem à escola, principalmente aqueles que moram um pouco mais distante da instituição.

A realidade de moradia dos educandos observados é de pessoas que moram em uma comunidade de conjunto habitacional, infelizmente acometida com esse índice de violência. São indivíduos de classe baixa, famílias carentes e muitas vezes excluídas e marginalizadas socialmente. O estudo da violência urbana será sobre o índice de evasão escolar, pois acredita-se que a violência iniba muitos alunos a frequentarem a escola, isso sem dúvida vem a ser um grave problema social, e a evidência empírica dessa relação entre violência e evasão escolar (Monteiro; Arruda, 2011, p.2).

Contudo, salientamos que a EJA exerce importância para oferta de educação de qualidade aos jovens e adultos e deve ser sempre discutida e tematizada, no entanto, observamos que a mesma por vezes é diminuída em relação as outras modalidades. Refletir sobre a EJA e a evasão escolar tão presente nessa realidade é essencial para a tentativa em sanar tais dificuldades encontradas no cotidiano escolar. A libertação por meio da emancipação como única forma de tornar um povo livre, porém, para a educação realizar essa prática da liberdade faz-se necessário pensá-la como uma ação com o povo e não simplesmente ofertada para o povo (Freire, 1967).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o percurso que fizemos durante este trabalho, concluímos que a Educação de Jovens e Adultos, apesar de grandes conquistas sociais e das diretrizes que garantem sua legitimidade e sua importância social e política, necessita de mais clareza em seus objetivos e em sua metodologia. Ainda que confira um caráter histórico advindo de muitas lutas sociais e de ganhos, a modalidade por vezes é considerada inferior às demais. O preconceito que cerca a EJA e questiona a sua contribuição educacional e de formação cidadã da classe trabalhadora ainda é um tabu que precisa ser quebrado.

Consideramos ainda que seja oferecida a essa modalidade investimento em políticas públicas que busquem sanar as questões de evasão escolar e garantam a permanência desses educandos nas salas de aula. São questões que devem ser ampliadas as discussões e que visem

desde formação continuada aos docentes, integração dos currículos específicos para a EJA na BNCC até a qualidade nos diversos aspectos dentro e fora das escolas.

A sociedade exige dos indivíduos preparação para lidarem em sociedade e a educação é a ferramenta mais eficaz quando falamos de sujeitos críticos, reflexivos e conhecedores de sua realidade social. Através dessa educação possam, além de decodificar letras, números e símbolos, fazer uma leitura apurada do mundo. É uma obrigatoriedade do poder público garantir uma escolarização qualificada e direcionada as necessidades individuais e coletivas dos sujeitos.

AGRADECIMENTOS

A todos do CONEDU pela oportunidade em transformar o trabalho educativo realizado na prática em conhecimento científico e em experiência vivida e compartilhada.

REFERÊNCIAS

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: Acesso em: 12 nov. 2023.

BARBOSA, M. G. **Evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Ana Ribeiro**. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização em Educação do Campo). Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2017. 51 p.

BELUZO, M. F; TONIOSSO, J. P. **O Mobral e a alfabetização de adultos: considerações históricas**. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro-SP, 2015. p. 1-14.

BRASIL, Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996- **Estabelecer as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. **Constituição (1934) Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: Acesso em: 12 nov. 2023.

DEL MORO, C. G; CORDOVA, R. S. **Estudo sobre a evasão escolar na EJA**, 2022. p. 1-18.

FREIRE. **Pedagogia do oprimido**. **Paz e Terra**. 17ª Ed. Rio de Janeiro. RJ, 1967.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.



MONTEIRO, V. B; ARRUDA, E. F. **O impacto da violência urbana nos indicadores de evasão escolar na Região Metropolitana de Fortaleza.** I Circuito de debates acadêmicos, Fortaleza, 2011. p. 1-13.

ROCHA, A. J. P; MELO, Z. N. Educação de Jovens e Adultos EJA, evasão escolar nas salas de aulas: revisão bibliográfica. **VI Congresso Nacional de Educação**, 2020. p. 1-12.

SILVA, R. C. S; SOUSA, E. A. A; QUEIROZ, J. M. A; ONOFRE, J. A. **As causas da evasão escolar na EJA: uma concepção histórica.** Bahia, 2011. p. 1-18.

SILVA, V. R. B; ALENCAR, M. F. S. O trabalho como fator da evasão e do retorno à EJA: uma análise de uma turma da Educação de Jovens e Adultos de Caruaru-PE. **DIVERSITAS JOURNAL.** Santana do Ipanema/AL. vol.6, n. 1, jan./mar.2021. p.1606-1619.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Book man, 2001.